SETSAN

FDC
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade

União Europeia

unicef
para cada criança

NUTRIÇÃO EM MOÇAMBIQUE: EVIDÊNCIAS ORÇAMENTAIS E VOZES COMUNITÁRIAS



Província de Maputo

Novembro de 2025



Síntese dos Rastreios de Despesa Pública e Auditoria Social nas Províncias de Sofala, Nampula e Zambézia (2020–2024)



Este relatório foi elaborado pela FDC em parceria com a UNICEF no âmbito do projecto *Reforçando as Capacidades da AR e AP´s para a Análise, Aprovação e Fiscalização de Planos, Orçamentos, Políticas Públicas, Programas e Leis que Promovam e Protejam os Direitos da Criança, Integrando Abordagens Inclusivas e Sensíveis ao Gênero e à Deficiência.*

ACÇÃO MULTISSECTORIAL DE NUTRIÇÃO

Da Evidência à Acção:

Nutrição para o Desenvolvimento Humano e Justiça Social

Ficha Técnica:

© Novembro de 2025 – FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE (FDC)

Título:	Nutrição em Moçambique: Evidências Orçamentais e Vozes Comunitárias. Síntese dos Rastreios de Despesa Pública e Auditoria Social nas Províncias de Sofala, Nampula e Zambézia (2020–2024)
Edição:	FDC – Direcção de Advocacia, Gestão de Conhecimento e Mobilização de Recursos
Autor:	Estrela Charles
Coordenação e apoio técnico:	Filza Rajá e Kátia Mussa
Maquetização:	Jaime Tivane
Triagem:	70 exemplares
Endereço:	Avenida 25 de Setembro, No. 270 - Edifício Time Square, Bloco 2, Maputo 4206, Moçambique
Email:	info@fdc.org.mz
Website:	www.fdc.org.mz
Tel:	+258 82 304 5540

Índice

Sumário Executivo 6
Introdução 9
Metodologia 10
Resultados das Entrevistas Institucionais 12
Panorama Actual da Desnutrição 14
Financiamento a Nutrição em Moçambique 17
Importância Económica do Investimento em Nutrição 18
Integração da Nutrição nos Instrumentos de Planificação Nacional 19

RASTREIO DA DESPESA PÚBLICA 21
Alocação Orçamental à Nutrição (2020–2024) - Provincia de Sofala 21
Alocação Orçamental à Nutrição (2020–2024) – Provincia da Zambezia 27
Alocação Orçamental à Nutrição (2020–2024) - Provincia de Nampula 30
Análise Comparativa da alocação orçamental entre Províncias 34
Constatações e Recomendações da Análise Orçamental 35

AUDITORIA SOCIAL 37
Percepções Comunitárias 37
Análise dos Resultados do Inquérito Comunitário 38
Linhas de Acção para Reforço da Nutrição 41
Conclusão 42
Anexo 1: Compromissos Internacionais de Moçambique no Âmbito da Iniciativa Nutrition for Growth (N4G) 43

Sumário Executivo

Entre os meses de Maio e Agosto de 2025, a Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e União Europeia, realizou um exercício de Rastreio da Despesa Pública e Auditoria Social no Sector da Nutrição nas províncias de Sofala, Nampula e Zambézia, com o objectivo de analisar a alocação orçamental e a percepção comunitária sobre os serviços públicos com impacto nutricional.
Este relatório síntese consolida os principais achados dos três estudos provinciais, oferecendo uma visão integrada sobre os desafios estruturais, as lacunas de financiamento e as prioridades locais no combate à desnutrição crónica infantil. A iniciativa está alinhada à Política e Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (PESAN 2024–2030) e aos compromissos internacionais assumidos por Moçambique no âmbito da iniciativa Nutrition for Growth (N4G) .

A metodologia adoptada combinou análise documental e orçamental, entrevistas institucionais e inquéritos comunitários, abrangendo nove distritos com elevada prevalência de desnutrição crónica e vulnerabilidade social. A abordagem multissectorial envolveu os sectores da Saúde, Educação, Agricultura, Indústria e Comércio, Obras Públicas, Género e Acção Social.

Os resultados revelam que a alocação directa de recursos para a nutrição permanece marginal, variando entre 0,01% e 0,17% dos orçamentos de funcionamento distrital, muito aquém das recomendações internacionais (mínimo de 10 USD por criança/ano). Verificou-se ainda a ausência de rubricas específicas para nutrição nos instrumentos de planificação e orçamento, dificultando o rastreio e a priorização das intervenções.

A auditoria social evidenciou desafios transversais: fraca cobertura de alimentação escolar, insuficiência de suplementos nutricionais, acesso limitado a água potável e saneamento, e baixo nível de conhecimento sobre práticas alimentares adequadas. As comunidades manifestaram expectativas claras quanto às prioridades de intervenção, destacando a necessidade de reforço dos serviços de saúde, apoio técnico à agricultura familiar, melhoria das infraestruturas básicas e maior abrangência dos programas de protecção social.

[1]Ver anexo 1 deste relatório.
[2] Banco mundial 2025. Disponível em: https://blogs.worldbank.org/en/health/why-nutrition-smart-development-investment?utm

Principais Constatações

A análise conjunta dos relatórios de rastreio da despesa pública e auditoria social realizados nas províncias da Zambézia, Sofala e Nampula revela um padrão recorrente de subfinanciamento estrutural da nutrição, com alocações directas que variam entre 0,01% e 0,17% dos orçamentos de funcionamento distrital. Estes valores estão muito aquém das recomendações internacionais, que propõem um investimento mínimo de 10 USD por criança menor de cinco anos por ano.

Verificou-se uma forte dependência da agricultura familiar como principal fonte de sustento das comunidades, sem o devido apoio técnico, insumos adequados ou capacidade de produção alimentar diversificada e nutritiva. A ausência de integração explícita entre produção agrícola e metas nutricionais compromete o potencial transformador do sector.
Os serviços de saúde enfrentam limitações significativas na disponibilização de suplementos nutricionais, medicamentos essenciais e saneamento básico. A utilização de água não tratada, aliada à precariedade das infraestruturas sanitárias, agrava a vulnerabilidade nutricional, sobretudo em zonas rurais e remotas.

A sensibilização comunitária em matéria de nutrição permanece insuficiente, reflectindo-se no baixo nível de conhecimento sobre práticas alimentares adequadas para crianças menores de cinco anos. A alimentação escolar e os programas de protecção social apresentam cobertura limitada e irregular, reduzindo a sua capacidade de mitigação da insegurança alimentar e da pobreza infantil.

Adicionalmente, os relatórios apontam para uma fraca articulação intersectorial nos níveis distrital e provincial, com ausência de mecanismos eficazes de coordenação entre os sectores da saúde, educação, agricultura, protecção social e saneamento. A dependência de financiamento externo e projectos temporários torna as intervenções vulneráveis à descontinuidade, comprometendo a sustentabilidade das acções.



Principais Recomendações

É fundamental que o Governo de Moçambique, em articulação com os governos provinciais e distritais, reforce o compromisso político e institucional com a nutrição, através da definição de metas claras de alocação orçamental e da integração da nutrição nos instrumentos de planificação sectorial.

RECOMENDA-SE:

- A afirmação de um compromisso formal para aumentar progressivamente o orçamento destinado à nutrição em, pelo menos, 1% ao ano, canalizando esses recursos para intervenções-chave com impacto directo na melhoria do estado nutricional das comunidades;
- A inclusão mínima de três acções da Política e Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional **(PESAN 2024–2030)** por sector relevante (Saúde, Educação, Agricultura, Água e Saneamento, Acção Social), nos planos e orçamentos anuais;
- O fortalecimento dos comités multissectoriais do **SETSAN**, garantindo que os encontros distritais promovam o planeamento conjunto e acções integradas;
- A criação de rubricas orçamentais específicas para nutrição, facilitando o rastreio efectivo dos recursos públicos alocados e executados;
- O reforço dos mecanismos de auditoria social e participação comunitária, assegurando maior transparência, responsabilização e alinhamento com as prioridades locais.

Estas recomendações estão alinhadas com os compromissos internacionais assumidos por Moçambique no âmbito da iniciativa Nutrition for Growth (N4G), uma plataforma global que mobiliza governos, parceiros de desenvolvimento e sociedade civil para reforçar investimentos e acções estratégicas em nutrição, com enfoque na primeira infância, no capital humano e na justiça social.



Introdução

Moçambique enfrenta uma das mais persistentes e silenciosas crises de saúde pública: a desnutrição crónica infantil, que afecta de forma severa o desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional das crianças, comprometendo o capital humano e a sustentabilidade do crescimento económico nacional. Os dados mais recentes indicam que 37% das crianças moçambicanas apresentam atraso no crescimento, enquanto 4% sofrem de desnutrição aguda, com prevalências superiores a 40% nas províncias do centro e norte do país, nomeadamente Nampula, Zambézia e Sofala.

A nutrição adequada nos primeiros mil dias de vida é determinante para o rendimento escolar, a produtividade futura e a saúde ao longo da vida. Investir em nutrição é, por conseguinte, uma das formas mais eficazes de quebrar o ciclo intergeracional da pobreza e promover a justiça social. A melhoria dos indicadores nutricionais traduz-se em ganhos económicos significativos, redução dos custos com saúde e educação, e maior equidade no acesso às oportunidades de desenvolvimento.

Reconhecendo que a nutrição é uma responsabilidade colectiva e transversal, que exige intervenções coordenadas entre os sectores da saúde, educação, agricultura, protecção social, abastecimento de água e saneamento, torna-se imperativo que o Orçamento do Estado e os instrumentos de planificação nacional e local integrem acções específicas e metas orçamentais claras para a resposta nutricional.

Foi neste enquadramento que a Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), realizou entre Maio e Agosto de 2025 um exercício de Rastreio da Despesa Pública e Auditoria Social no Sector da Nutrição, nas províncias de Sofala, Nampula e Zambézia. Este processo teve como objectivo central identificar e analisar as actividades e os fluxos orçamentais do Estado relacionados com a nutrição entre os anos de 2020 e 2024, bem como compreender a percepção das comunidades em relação à prestação dos serviços públicos com impacto nutricional.

A presente síntese consolida os principais achados dos três relatórios provinciais, oferecendo uma visão integrada sobre os desafios estruturais, as lacunas de financiamento, as prioridades comunitárias e as oportunidades de reforço da resposta multissectorial à desnutrição crónica. O documento está alinhado à Política e Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (PESAN 2024–2030) e aos compromissos internacionais assumidos por Moçambique no âmbito da iniciativa Nutrition for Growth (N4G), e visa informar e influenciar decisores políticos, parceiros de cooperação e actores da sociedade civil, promovendo uma acção coordenada, sustentada e baseada em evidências.

Metodologia

O exercício de Rastreio da Despesa Pública e Auditoria Social no Sector da Nutrição foi conduzido entre Maio e Agosto de 2025 nas províncias de Sofala, Nampula e Zambézia, abrangendo nove distritos com elevada prevalência de desnutrição crónica e vulnerabilidade social. A abordagem metodológica adoptada foi multissectorial, participativa e baseada em evidências, permitindo uma análise integrada da despesa pública e da percepção comunitária sobre os serviços com impacto nutricional.

O estudo abrangeu o período de **2020 a 2024**, correspondente ao último ciclo do Plano Quinquenal do Governo (PQG), e foi estruturado em seis fases complementares:

2. Identificação dos Sectores Relevantes

Foram mapeados os sectores com impacto directo e indirecto na nutrição, nomeadamente: Saúde, Educação, Agricultura, Indústria e Comércio, Obras Públicas e Recursos Hídricos, Género e Acção Social, Juventude e Desporto.

2. Identificação dos Sectores Relevantes

Foram mapeados os sectores com impacto directo e indirecto na nutrição, nomeadamente: Saúde, Educação, Agricultura, Indústria e Comércio, Obras Públicas e Recursos Hídricos, Género e Acção Social, Juventude e Desporto.

3. Recolha de Dados Institucionais

Realizaram-se entrevistas com técnicos e dirigentes a nível central, provincial e distrital, utilizando guiões padronizados que permitiram uniformizar a recolha de dados sobre planificação, execução orçamental e percepções institucionais. As interacções envolveram autoridades locais, direcções provinciais e serviços distritais.

4. Análise Documental e Orçamental

Foram examinados instrumentos de planificação e execução como o Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE), a Conta Geral do Estado (CGE), o PQG e as Estratégias Nacionais, com especial atenção às rubricas orçamentais ligadas à nutrição, excluindo despesas com salários e outras categorias não directamente atribuíveis.

5. Auditoria Social Comunitária

Foram conduzidos inquéritos e entrevistas com mães e cuidadores de crianças dos 0 aos 5 anos, profissionais de saúde e educação, e líderes comunitários. A amostra foi estratificada por sexo, idade, localização geográfica e contacto com serviços públicos, permitindo recolher dados sobre acesso, qualidade e impacto dos serviços nutricionais.

6. Validação e Disseminação

Os resultados preliminares foram validados em encontros distritais com representantes locais, técnicos e membros da sociedade civil. A elaboração dos relatórios finais culminou na sua apresentação pública e disseminação, com vista ao reforço do diálogo entre Governo, parceiros de cooperação e sociedade civil.

Esta metodologia permitiu articular evidência técnica e percepção comunitária, oferecendo uma base sólida para advocacia institucional, revisão de políticas públicas e recomendações orçamentais estratégicas no combate à desnutrição crónica em Moçambique.



[3]Para mais detalhes sobre os guiões de entrevista, o inquérito, o perfil dos inqueridos e outros aspectos metodológicos consulte o manual metodológico disponível no site da FDC: www.fdc.org.mz

Resultados das Entrevistas Institucionais

As entrevistas realizadas no âmbito do rastreio da despesa pública e auditoria social permitiram recolher informações valiosas junto de actores institucionais dos níveis central, provincial e distrital, abrangendo os sectores com impacto directo e indirecto na nutrição. A análise das percepções e experiências dos técnicos e dirigentes revelou desafios estruturais comuns, bem como especificidades contextuais relevantes para o desenho de políticas públicas mais eficazes.

Nível Central

As entrevistas com representantes de instituições centrais, incluindo técnicos dos Ministérios da Saúde, Educação, Agricultura e Desenvolvimento Rural, Economia e Finanças, bem como do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN), evidenciaram os seguintes desafios:

- **Ausência de rubricas orçamentais específicas para nutrição** nos principais instrumentos de planificação e orçamento (PQG, PES, PESOD, OE), dificultando o rastreio e a priorização das acções nutricionais;
- **Fragmentação das intervenções entre sectores**, com fraca articulação interministerial e ausência de mecanismos operacionais eficazes para a coordenação multissectorial;
- **Baixa institucionalização da nutrição como prioridade transversal**, com enfoque predominante em respostas clínicas à desnutrição aguda, em detrimento de abordagens preventivas e estruturantes;
- **Dependência significativa de financiamento externo**, com limitada previsibilidade e sustentabilidade das acções financiadas por parceiros de cooperação;
- **Défices na monitoria e avaliação,** com escassez de indicadores específicos de nutrição nos sistemas nacionais de informação e fraca utilização de evidências para a tomada de decisão.

Nível Provincial

Nas províncias de Sofala, Zambézia e Nampula, as entrevistas com Direcções Provinciais de Saúde, Educação, Agricultura, Indústria e Comércio, Obras Públicas, Género e Acção Social, e Economia e Finanças revelaram:

- **Falta de integração da nutrição nos planos sectoriais,** com actividades dispersas e sem metas nutricionais explícitas;
- **Capacidade técnica limitada** para planificação e execução de acções com enfoque nutricional, especialmente fora do sector da saúde;
- **Cobertura insuficiente de programas estruturantes**, como alimentação escolar, suplementação nutricional e educação alimentar;
- **Desigualdades territoriais acentuadas,** com distritos mais remotos a enfrentarem maiores dificuldades de acesso a serviços e recursos;
- **Fraca articulação entre sectores,** com os comités provinciais do SETSAN a funcionarem de forma irregular ou com foco limitado à partilha de actividades.

Nível Distrital

Nos nove distritos abrangidos (Buzi, Gorongosa, Nhamatanda, Molumbo, Derre, Maganja da Costa, Erati, Meconta e Monapo), os Serviços Distritais de Saúde, Educação, Agricultura e Acção Social identificaram os seguintes constrangimentos:

- **Inexistência de linhas orçamentais específicas para nutrição,** com actividades diluídas em rubricas genéricas, dificultando a rastreabilidade e a priorização;
- **Forte dependência de projectos temporários e apoio de parceiros,** o que compromete a continuidade das intervenções;
- **Escassez de recursos humanos especializados,** sobretudo em nutrição, com técnicos a acumularem múltiplas funções e sem acesso regular a formação contínua;
- **Défices logísticos e infraestruturais,** incluindo dificuldades de transporte, rupturas no fornecimento de suplementos e materiais educativos, e precariedade das vias de acesso;
- **Cobertura limitada de programas de alimentação escolar e protecção social,** com impacto reduzido na mitigação da insegurança alimentar;
- **Fraca articulação intersectorial,** com planificação e execução isoladas por sector, sem mecanismos de coordenação efectiva a nível local.

As entrevistas realizadas mostram a necessidade de reformas estruturais e operacionais que permitam consolidar a nutrição como prioridade transversal, com financiamento adequado, coordenação efectiva e responsabilização partilhada entre os diferentes níveis de governação.

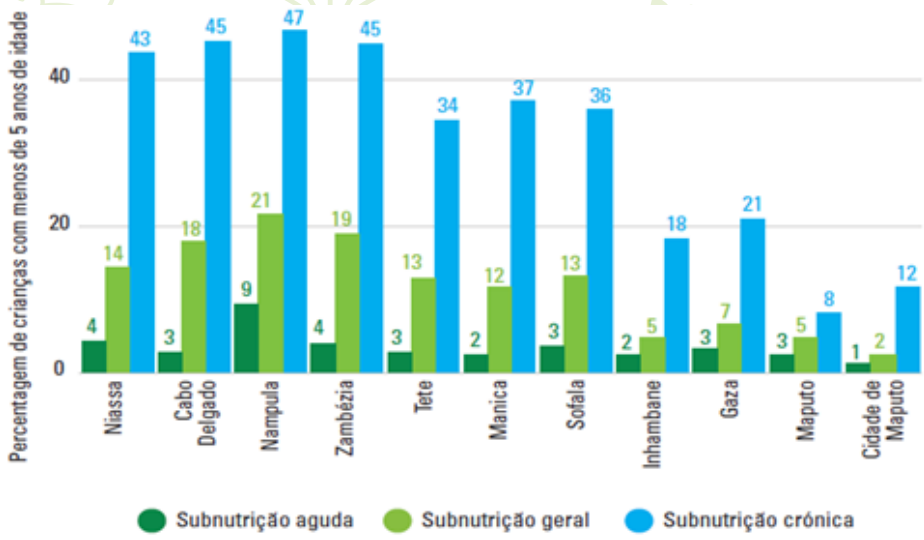
Panorama Actual da Desnutrição

Moçambique enfrenta uma crise persistente e estrutural no domínio da nutrição, com elevados níveis de desnutrição crónica e aguda, que comprometem o desenvolvimento humano e o crescimento económico sustentável do país. Globalmente, estima-se que 43% das crianças estão em risco de atraso no desenvolvimento devido à pobreza extrema e desnutrição crónica, e pelo menos uma em cada três não atinge o seu pleno potencial físico, cognitivo, psicológico e socio-emocional, devido a factores de risco associados ao Desenvolvimento na Primeira Infância que inclui a nutrição .

Em Moçambique, os dados revelam que não houve avanços significativos nos últimos 22 anos no combate à desnutrição. A média da desnutrição crónica situa-se em 37%, enquanto a desnutrição aguda afecta cerca de 4% das crianças menores de cinco anos . Esta realidade tem implicações profundas para a saúde pública e para o desenvolvimento do capital humano.

A desnutrição crónica em Moçambique tem um padrão geográfico e social bem definido: as províncias do norte e centro do país registam as taxas mais elevadas, com níveis superiores a 40% em Nampula, Zambézia e Cabo Delgado, enquanto no Sul, nomeadamente nas províncias de Maputo e Gaza, os níveis são significativamente mais baixos, situando-se abaixo de 20%. Ver gráfico 1. Esta disparidade regional reflecte desigualdades estruturais na alocação de recursos, no acesso a serviços públicos essenciais e nas oportunidades de desenvolvimento económico.

Gráfico 1: Níveis de desnutrição aguda e crónica em Moçambique



Fonte: UNICEF (2022)

[4] Venâncio, S. I.; Bortoli, M. C; Oliveira, C. de F. (2023). Pesquisa de implementação na área da primeira infância: revisão de escopo. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/jJmQNgx9bWYfQxvPMc5xxgN/?lang=pt#

[5] Instituto Nacional de Estatística (2024). Inquérito Demográfico e de Saúde. 2022–23. Relatório Definitivo. Maputo, Moçambique

A desigualdade geográfica e estrutural constitui uma característica fundamental da pobreza e privação infantil em Moçambique.

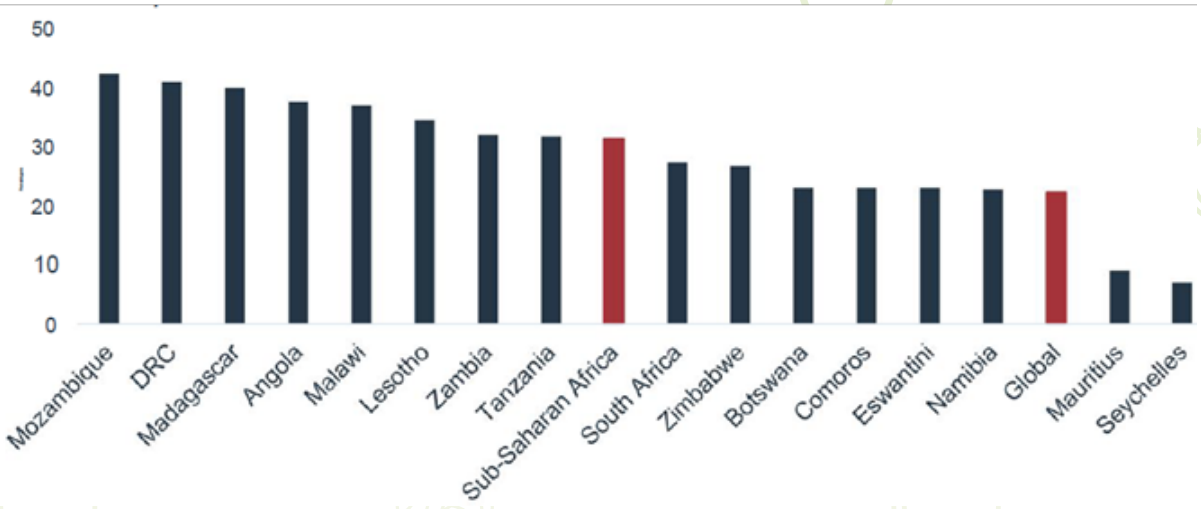
Nascer nas zonas rurais ou numa província do Norte aumenta três vezes a probabilidade de viver na pobreza relativamente às zonas urbanas e às regiões do sul. As crianças das 4 províncias mais pobres, Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia, apresentam uma probabilidade 45 vezes maior de ser pobres do que as das cidades menos pobres como a Maputo Cidade.

A análise da desnutrição entre meios rural e urbano confirma esta tendência: a incidência é maior nas zonas rurais (45%) do que nas urbanas (39%), explicando-se pela menor disponibilidade de serviços de saúde, saneamento, infraestruturas e acesso limitado a fontes de água potável.

Importa destacar que 66,6% da população moçambicana vive em zonas rurais, conforme dados do Censo de 2017, sendo estas as mais desfavorecidas em termos de investimento público.

A nível internacional, Moçambique não apresenta um bom desempenho no combate à desnutrição. O Relatório Mundial sobre a Nutrição de 2016, que analisou 136 países, posicionou Moçambique na 123.ª posição em termos de prevalência do atraso de crescimento. No contexto da região da SADC, a média da desnutrição crónica é de 33%, sendo Moçambique o país com uma das taxa mais elevada, seguido da República Democrática do Congo e do Malawi . O gráfico 2 mostra a prevalência do atraso no crescimento nos estados membros da SADC em relação a África Subsaariana e as médias mundiais para o ano 2022.

Gráfico 2: Prevalência do atraso no crescimento nos estados membros da SADC em relação a África Subsaariana e as médias mundiais para o ano 2022



Fonte: SADC. (2024)

[6]Comunidade de Desenvolvimento da África Austral - SADC (2024). Análise da paisagem da proteção social sensível à nutrição na região da SADC 2024, Gaborone.

Em relação aos indicadores de saúde pública nomeadamente: Prevalência de atraso de crescimento; baixo peso à nascença e anemia. Moçambique ainda apresenta taxas elevadas quando comparadas as taxas dos outros países.

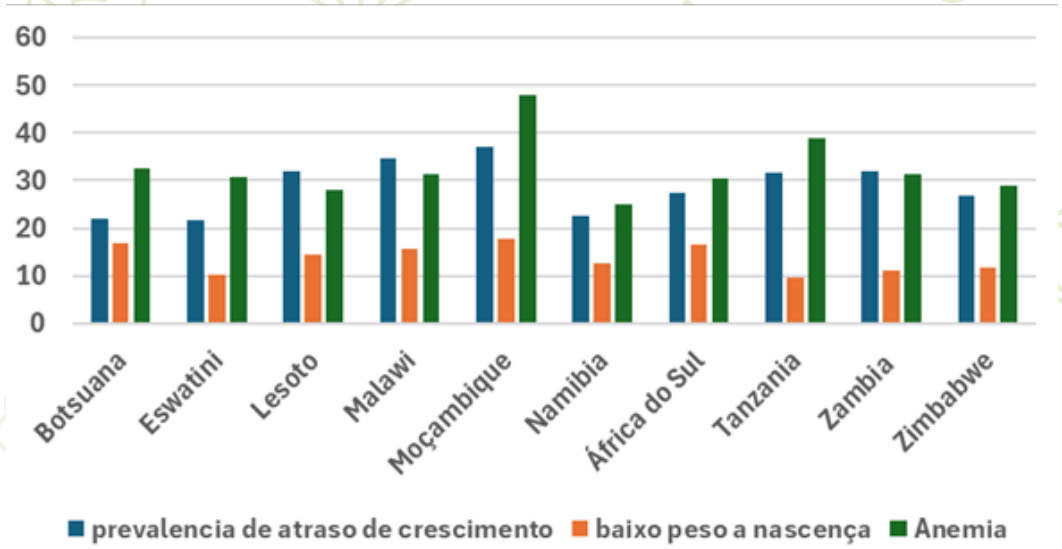
Estes indicadores são fundamentais para avaliar o estado nutricional e o bem-estar infantil, bem como a qualidade dos cuidados de saúde materno-infantis em cada país.

O gráfico 3, apresenta uma comparação de três indicadores de saúde pública em dez países da África Austral. A prevalência de atraso de crescimento, é particularmente elevada em países como Malawi, Zâmbia, Moçambique e Zimbabwe. Este dado revela uma situação de desnutrição crónica entre crianças, frequentemente associada à pobreza, insegurança alimentar e acesso limitado a serviços de saúde adequados.

O baixo peso à nascença, apresenta valores elevados em países como Lesotho, Moçambique, África do Sul e Zimbabwe. Este fenómeno pode estar relacionado com a má nutrição materna durante a gravidez, cuidados pré-natais insuficientes e condições socioeconómicas adversas. Embora alguns países como Namíbia e Botswana apresentem valores mais baixos neste indicador, o problema permanece significativo na região.

A anemia, é um problema transversal, com níveis elevados em quase todos os países analisados. Destaca-se particularmente em Lesotho, Moçambique, Malawi e Zâmbia.

O gráfico 3: Indicadores de saúde pública - África Austral



Fonte: SADC. (2024)

O gráfico 3 mostra ainda que Moçambique surge como um dos países com indicadores nutricionais mais preocupantes, apresentando valores elevados nos três parâmetros analisados. Esta situação exige uma resposta coordenada e robusta por parte das autoridades nacionais e dos parceiros de desenvolvimento, com enfoque em programas de nutrição comunitária, reforço dos cuidados de saúde primários e melhoria das condições socioeconómicas das populações vulneráveis.



Financiamento a Nutrição em Moçambique

A nutrição constitui uma das áreas mais estratégicas para o desenvolvimento de um país, sendo reconhecida como uma base essencial para o bem-estar da população, o aumento da produtividade e a redução da pobreza. No entanto, apesar do seu papel transversal e estruturante, o financiamento à nutrição em Moçambique continua a ser significativamente limitado e aquém das recomendações internacionais, tanto em termos de volume como de previsibilidade e eficiência na execução.

As análises realizadas entre 2020 e 2024 revelam que, em média, menos de 1% do Orçamento do Estado foi formalmente destinado a intervenções directas de nutrição. Este valor encontra-se muito abaixo das recomendações que propõe um investimento mínimo anual de 10 USD por criança menor de 5 anos em programas de nutrição.

Comparativamente, Moçambique encontra-se entre os países da África Subsaariana com menor investimento per capita em nutrição. Por exemplo, países como o Ruanda e o Senegal alocam aproximadamente 3 a 4% do seu orçamento nacional a intervenções de nutrição, tendo conseguido nos últimos anos reduzir significativamente as taxas de desnutrição crónica. O Ruanda, é considerado um caso de sucesso por integrar a nutrição nos instrumentos de planificação nacional (como o plano estratégico de desenvolvimento), criando mecanismos de financiamento específicos e multisectoriais.

Por outro lado, o Níger, apesar de enfrentar sérios desafios económicos, tem priorizado a nutrição através da alocação de um fundo nacional de segurança alimentar e nutricional com apoio parlamentar, permitindo maior previsibilidade e estabilidade do financiamento.

Em moçambique grande parte dos recursos destinados à nutrição provém de parceiros de cooperação, como a UNICEF, o Banco Mundial, a USAID e a União Europeia. Estes recursos têm sido fundamentais para financiar intervenções chave, como programas de alimentação escolar, reforço de capacidades institucionais, formação de profissionais de saúde e campanhas de comunicação para mudança de comportamentos. No entanto, a forte dependência do financiamento externo coloca em causa a sustentabilidade das intervenções, sendo urgente que o Estado assuma progressivamente maiores responsabilidades na alocação de recursos próprios.

Importância Económica do Investimento em Nutrição

Estima-se que o capital humano (a soma total da saúde, nutrição, habilidades, conhecimento e experiência de uma população) seja responsável por mais de dois terços da riqueza global, e 10-30% das diferenças entre países no produto interno bruto (PIB) per capita podem ser vinculadas a variações no capital humano.

Os programas que promovem atenção integral (saúde, nutrição, cuidados responsivos, segurança e proteção e aprendizagem precoce) podem custar apenas 50 centavos per capita por ano, quando combinados com os serviços de saúde existentes . Entretanto, quando estes investimentos não são realizados o país poderá arcar com custos elevadíssimos no futuro. Para o caso do combate a desnutrição crónica, estudos indicam que Moçambique gasta quase 11% do seu Produto Interno Bruto (PIB) – equivalente a US$ 1,7 bilhão para solucionar o problema de desnutrição crónica, custos estes que poderiam ser evitados com mais investimentos.

Estudos económicos demonstram que cada dólar investido em nutrição pode gerar até 16 dólares em retorno económico, através da redução de custos com saúde, melhoria da produtividade, aumento da aprendizagem e redução da mortalidade infantil . Estima se que países que não investem adequadamente em nutrição perdem, em média, 2 a 3% do seu PIB anualmente devido à subnutrição infantil.

Os dados mostram que os efeitos duradouros do atraso no crescimento das crianças pequenas, em 95 países de baixo e médio rendimento, resultam numa redução do potencial de rendimento dos indivíduos e custam ao sector privado até 135,4 milhões de dólares por ano, o que equivale a valores entre 0,01 e 1,2% do PIB Este custo deve-se à redução da produtividade na idade adulta e à consequente perda de receitas anuais.

Além disso, o impacto de longo prazo é visível: crianças que sofrem de desnutrição crónica apresentam, em média, perdas de rendimento na vida adulta de até 20% , alimentando ciclos de pobreza intergeracional. A nutrição adequada nos primeiros mil dias de vida (da concepção até aos dois anos) é considerada determinante para o desenvolvimento cerebral e físico, e, portanto, essencial para garantir uma população economicamente activa saudável e produtiva.

[7]Banco Mundial. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/392721597038541068/pdf/Nutrition-Smart-Agriculture-in-Mozambique.pdf
[8]https://www.unicef.org/brazil/desenvolvimento-infantil
[9]Banco Mundial (2010). Estudo Cost of Hunger in Africa de 2016. Fundação Maria Cecília souto Vidigal. Disponível em: https://issuu.com/fmcsv/docs/do_desenvolvimento_da_primeira_inf_ncia_ao_desenvo
[10]World Bank. 2002. Poverty and Nutrition in Bolivia
[11]Relatório Scaling Up Nutrition: What Will it Cost?

Integração da Nutrição nos Instrumentos de Planificação Nacional

O Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2020–2024 estabelece como primeira prioridade o desenvolvimento do capital humano e justiça social, reconhecendo, em princípio, a importância de investir nas pessoas como motor de desenvolvimento sustentável. No entanto, apesar de destacar indicadores relevantes na área da saúde, como o aumento da taxa de vacinação infantil de 94% em 2019 para uma meta de 96% em 2024, não é feita qualquer menção directa à problemática da desnutrição, e não são definidos indicadores específicos para o seu combate. Esta omissão constitui uma lacuna significativa, considerando a gravidade da situação nutricional no país e o impacto comprovado da desnutrição no desenvolvimento cognitivo, físico e socioeconómico das crianças moçambicanas.

No Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) de 2022, nota-se algum esforço para incluir elementos relacionados à nutrição, nomeadamente a manutenção da taxa de cura de crianças tratadas com desnutrição aguda em 80%, o que demonstra um foco maior na resposta clínica à desnutrição aguda do que em medidas preventivas ou estruturantes de médio e longo prazo.

No recente PQG 2025–2029, verifica-se um avanço relevante ao incluir metas explícitas no domínio da nutrição. Este documento define como objectivos:

- Reduzir a taxa de desnutrição aguda em menores de cinco anos de **4%** (base 2024) para **2%** até 2029;
- Reduzir a taxa de desnutrição crónica de 37% para 30% no mesmo período.

Ainda no PQG 2025-2029, no programa estratégico designado "População e Capital Humano", é apresentada uma acção específica com indicadores mensuráveis: "Oferecer o Pacote de Intervenções de Nutrição (PIN) a crianças menores de 2 anos de idade", cuja cobertura deverá evoluir anualmente de 34% (2025) para 55% até 2029. Esta acção está alinhada com os compromissos globais assumidos por Moçambique no âmbito da Declaração de Nutrição da ONU e da iniciativa Scaling Up Nutrition (SUN).

Esta evolução demonstra uma crescente atenção política ao tema, mas também sublinha que durante o ciclo anterior (2020–2024), o combate à desnutrição não teve a devida visibilidade nem priorização nos principais instrumentos de planificação estratégica nacional. A ausência de metas claras e específicas nesse período comprometeu a capacidade de monitorar de forma efectiva os progressos e de alocar recursos de forma estratégica para o combate à desnutrição. Torna-se, por isso, imperativo reforçar o alinhamento entre os planos nacionais, os compromissos internacionais e os dados epidemiológicos nacionais, garantindo que a nutrição seja tratada como um vector transversal do desenvolvimento nacional e receba a devida atenção orçamental, institucional e técnica.

Os balanços do Governo provincial mostram níveis que se pretende atingir de cura nas crianças menores de 5 anos, entretanto pouco reporta em relação a desnutrição crónica. São essencialmente dois indicadores: diagnosticar crianças dos 6-59 meses de idades com desnutrição aguda e aumentar a taxa de cura de desnutrição aguda em menores de 5anos.

[12]Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) (2024). Análise da paisagem da proteção social sensível à nutrição na região da SADC 2024, Gaborone,
[13]Victora, C. G., Adair, L., Fall, C., Hallal, P. C., Martorell, R., Richter, L., & Sachdev, H. S. (2008). Maternal and child undernutrition: consequences for adult health and human capital. The Lancet, 371(9609), 340–357. https://doi.org/10.1016/S0140-6736(07)61692-4 ou https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC5084763/?utm

Factos sobre a nutrição infantil em Moçambique[14]

45,2%
das crianças com desnutrição não estão recebendo atenção adequada à saúde;

26%
de todos os casos de mortalidade infantil estão associados a desnutrição;

18,8%
de todas as áreas de repetições escolares estão associadas ao déficit de crescimento

A mortalidade infantil associada à desnutrição reduziu a força de trabalho de Moçambique em
18,8%

Custos anuais associados à subnutrição infantil, estimados em
62 mil
mil milhões de MT, equivalentes a
10,96% do PIB

61%
das crianças pequenas correm o risco de desenvolvimento insuficiente, principalmente devido à pobreza.

25%
das crianças pequenas apresentam atraso no crescimento;

A cada 3 mortes entre crianças menores de 5 anos, uma é causada diretamente pela desnutrição.

A cada 3 mortes entre crianças menores de 5 anos, uma é causada diretamente pela desnutrição15.

Investimentos nos primeiros anos, especialmente nos primeiros 1.000 dias de vida, geram retornos maiores do que investimentos feitos mais tarde na vida de uma criança.

Crianças mais novas (0 a 5 anos) se beneficiam três vezes menos dos recursos financeiros disponíveis para saúde, educação e proteção social do que crianças mais velhas.

[14] Governo da provincial de Nampula. (2019). Termos de referência: lançamento de um movimento social para impulsionar a mudança comportamental a nível do agregado familiar.

RASTREIO DA DESPESA PÚBLICA

Alocação Orçamental à Nutrição (2020–2024) - Provincia de Sofala
Distrito de Nhamatanda

A análise da evolução do orçamento de funcionamento e da sua afectação directa e indirecta à nutrição permite compreender o grau de prioridade atribuído à área de nutrição pelos sectores do Estado a nível distrital. Entre 2020 e 2024, os dados revelam uma tendência de baixa alocação orçamental directa à nutrição, contrastando com alguma variação positiva na componente indirecta , ainda que esta permaneça significativamente abaixo dos níveis recomendados por organismos internacionais.

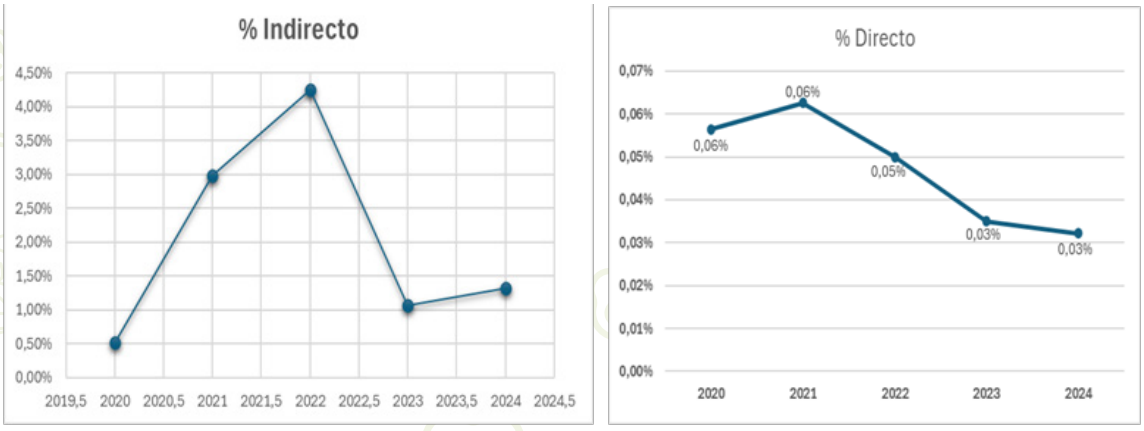
Durante o período analisado, o orçamento directo para actividades de cura da desnutrição aguda oscilou entre 200 e 325 mil meticais por ano, representando menos de 0,1% do orçamento total de funcionamento, com uma percentagem particularmente baixa em 2023 e 2024 (0,03%). Esta reduzida afectação orçamental evidencia uma fraca priorização das respostas clínicas e imediatas à desnutrição, contrariando as necessidades epidemiológicas identificadas nos dados populacionais.

O orçamento indirecto registou oscilações significativas. Em 2020, este representava 0,52% do orçamento de funcionamento, atingindo um pico de 4,26% em 2022, antes de recuar para 1,07% em 2023 e estabilizar em 1,32% em 2024, conforme mostra o gráfico 5.

Este comportamento pode reflectir variações nos níveis de financiamento externo ou prioridades de investimento temporário em infraestruturas ou programas sectoriais com efeitos indirectos sobre a nutrição.

A análise dos valores atribuídos aos diferentes sectores, nomeadamente os Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas (SDPI), Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT), e Actividades Económicas (SDAE), mostra uma tendência de manutenção dos valores, com montantes fixos de 150 mil meticais para o SDEJT ao longo dos cinco anos, pequenas variações para o SDPI (com uma redução em 2024), e ligeira diminuição também no SDAE. Estes valores, sendo bastante modestos, levantam preocupações quanto à sua capacidade de gerar impactos sustentáveis e estruturais nas determinantes sociais da nutrição.

Gráfico 4: Orçamento alocado directa e indirectamente na nutrição (2020–2024)

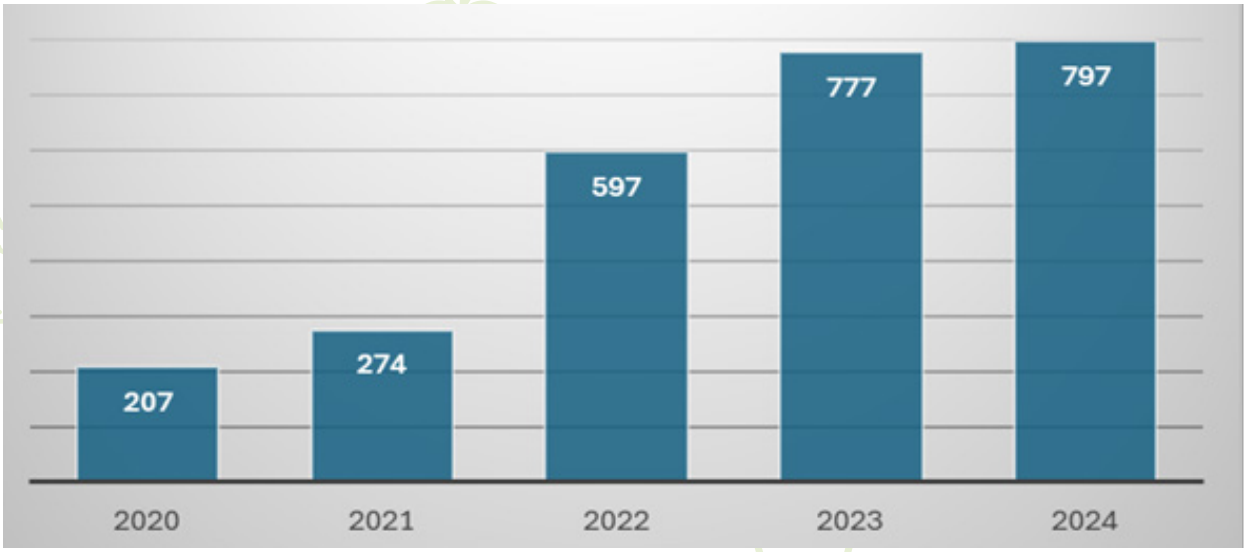


[15](Heckman 2023).
[16]Actividades estruturantes que influenciam a situação nutricional como o acesso à água potável, saneamento, educação alimentar, produção agrícola e promoção de cuidados primários de saúde

A desnutrição crónica está fortemente associada aos elevados níveis de nascimentos com baixo peso, fenómeno que se tem agravado nos últimos anos. Conforme ilustrado no Gráfico 4, entre 2020 e 2024 registou-se um aumento de quase 285% no número absoluto de casos, passando de 207 para 797 recém-nascidos com peso inferior a 2.500 gramas.

Esta tendência preocupante pode reflectir não apenas o crescimento populacional ou melhorias nos sistemas de registo institucional, mas sobretudo a deterioração das condições maternas e nutricionais, intensificadas por factores como insegurança alimentar, pobreza persistente e eventos climáticos extremos.

Gráfico 5: Nascimentos com Baixo Peso (2020–2024)

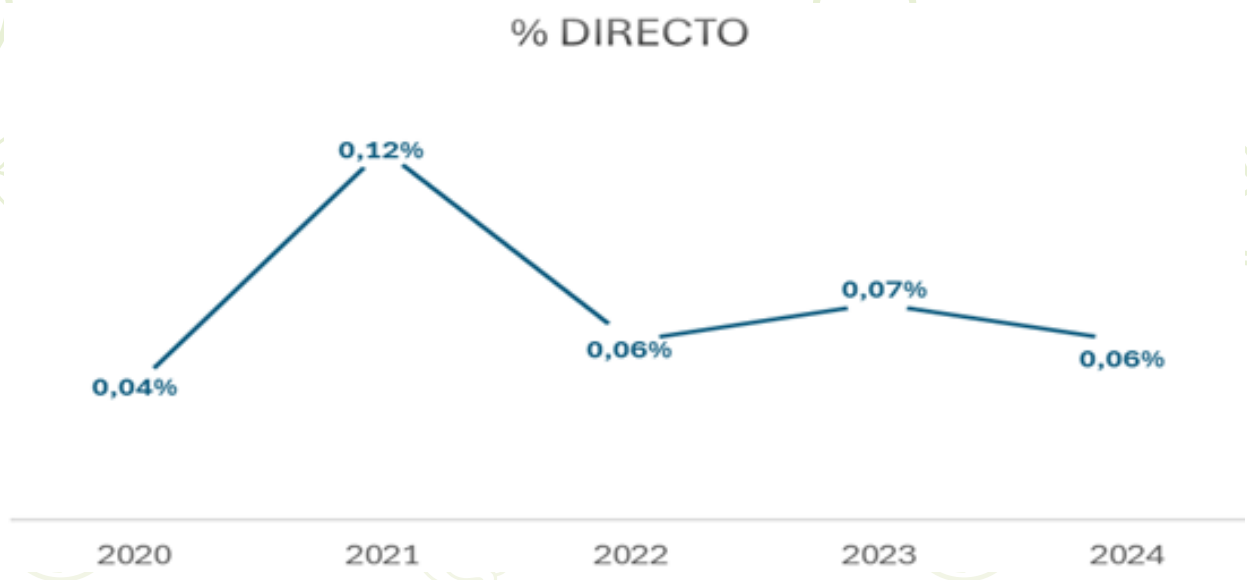




Distrito de Buzi

A análise dos dados mostra que, ao longo dos últimos cinco anos, a proporção do orçamento de funcionamento efectivamente alocada a actividades directamente ligadas à nutrição permaneceu consistentemente baixa, sem ultrapassar 0,12% em nenhum dos anos analisados.
Em 2020, o orçamento total de funcionamento foi de 384.123,43 Meticais, dos quais apenas 167,95 Meticais foram alocados directamente à nutrição, correspondendo a 0,04%.
O maior valor percentual foi observado em 2021, quando 526 Meticais foram canalizados para nutrição, o que representa 0,12% do orçamento total de 433.764,92 Meticais.
Nos anos seguintes, observa-se uma redução ligeira da percentagem orçamental dedicada à nutrição, com os valores absolutos a manterem-se em torno dos 350 Meticais, ainda que o orçamento total tenha sofrido flutuações relevantes, atingindo quase 600.000 Meticais em 2022 e 2024.
Esta tendência mostra que a nutrição não tem sido uma prioridade orçamental no distrito, sendo-lhe atribuída uma parcela mínima do orçamento disponível, apesar de o Búzi apresentar indicadores preocupantes de desnutrição infantil, como demonstrado pelos números de baixo peso à nascença e crescimento insuficiente registados nos mesmos anos.
A variação percentual do orçamento directo para a nutrição é quase insignificante quando comparada com os desafios enfrentados. Mesmo em 2021, quando se regista o maior valor relativo (0,12%), trata-se de um investimento marginal, incapaz de produzir impacto estrutural ou de garantir a sustentabilidade das acções de prevenção e tratamento da desnutrição.

Gráfico 6: Orçamento alocado directamente na nutrição (2020–2024)



No distrito de Buzi, a desnutrição crónica continua a ser um dos principais determinantes dos indicadores negativos de saúde materno-infantil, com reflexos evidentes nos níveis de nascimentos com baixo peso e nos casos de crescimento insuficiente. Conforme ilustrado no Gráfico 6, o número de crianças nascidas com peso inferior a 2,5 kg aumentou de forma significativa ao longo do período analisado, passando de 175 casos em 2020 para um pico de 347 em 2023, com uma ligeira diminuição para 317 em 2024.

Esta tendência ascendente até 2023 pode ser explicada por múltiplos factores interligados, incluindo o aumento da incidência de gravidezes de risco, o acompanhamento pré-natal inadequado e os impactos sociais e económicos de eventos climáticos extremos, como ciclones e

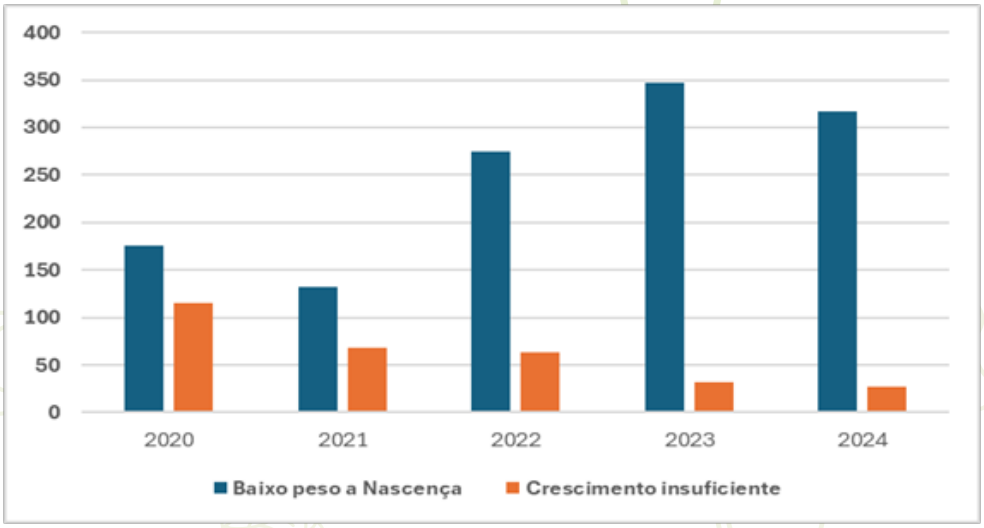
inundações, que afectaram gravemente o acesso a alimentos, água potável e cuidados de saúde, sobretudo nos anos de 2021 e 2022.

A ligeira redução registada em 2024 poderá reflectir uma melhoria na cobertura dos serviços de saúde materna, uma vigilância nutricional mais eficaz ou o impacto de intervenções pontuais, como acções de educação alimentar e reforço do saneamento básico. No entanto, esta melhoria não é ainda suficiente para inverter o padrão estrutural de vulnerabilidade nutricional que afecta as mulheres grávidas e os recém-nascidos.

Por outro lado, o número de casos de crescimento insuficiente apresenta uma tendência decrescente encorajadora, passando de 115 casos em 2020 para apenas 27 em 2024. Esta evolução positiva pode estar associada ao aumento da cobertura de programas de nutrição infantil, à melhor implementação de acções preventivas, como a promoção da amamentação exclusiva, suplementação alimentar e cuidados com a alimentação complementar, e ao maior envolvimento das comunidades e sectores-chave (educação, saúde, agricultura) nas estratégias locais de combate à desnutrição.

Estes dados reforçam a necessidade de consolidar e expandir as intervenções nutricionais, com enfoque nos primeiros mil dias de vida, garantindo que a nutrição materna e infantil seja tratada como prioridade transversal nos planos de saúde, educação e protecção social. A redução sustentada dos nascimentos com baixo peso e dos casos de crescimento insuficiente depende de uma resposta pública coordenada, baseada em evidências e com forte compromisso político.

Gráfico 7: Baixo peso a nascença e crescimento insuficiente (2020–2024)



Distrito de Gorongosa

O distrito de Gorongosa apresenta uma taxa de desnutrição crónica de 57,4%, um valor significativamente acima da média nacional e também superior à média da província de Sofala, que é estimada em 43% (SETSAN, 2013). Esta elevada prevalência reflecte os múltiplos desafios enfrentados pela população local no acesso a alimentos nutritivos, cuidados de saúde e educação nutricional adequada.

No que respeita ao acesso a serviços básicos, a taxa de cobertura de água potável situa-se em 54,6%, enquanto a cobertura de saneamento básico atinge 53,1%. Estes indicadores, embora ligeiramente superiores a outras áreas rurais do país, continuam a representar obstáculos relevantes para a promoção da saúde e nutrição, sobretudo em crianças.

No sector da educação, identificou-se a existência de várias iniciativas voltadas para a promoção da nutrição escolar, com destaque para actividades de educação alimentar, sensibilização e prontidão escolar. Contudo, as actividades não estão devidamente orçamentadas, o que limita a sua implementação contínua e sustentável. Importa referir que, até 2020, o Programa Mundial de Alimentação (PMA) assegurava a provisão de lanche escolar em algumas escolas do distrito. Actualmente, essa responsabilidade foi transferida para empresas e parceiros locais, com maior incidência nas zonas sob influência do Parque Nacional da Gorongosa. Não obstante, os serviços distritais não têm acesso directo ao orçamento dos referidos parceiros, sendo apenas informados das escolas e produtos abrangidos pelas acções de apoio.

No âmbito do Programa de Prontidão Escolar, que ocorre entre os meses de Novembro e Janeiro, constata-se a ausência de fornecimento de lanche às crianças, o que tem reduzido a adesão ao programa. Adicionalmente, o tempo de aprendizagem encontra-se limitado a duas horas por dia, comprometendo a eficácia do processo educativo. Recomenda-se, por isso, o maior envolvimento de líderes comunitários e religiosos nas actividades de educação nutricional, como forma de mobilizar as famílias e garantir uma participação mais activa nas iniciativas implementadas no distrito.

O distrito desenvolve ainda acções complementares de nutrição, com destaque para demonstrações culinárias e sessões educativas, que reforçam o conhecimento das comunidades sobre a importância de uma alimentação equilibrada, o aproveitamento de alimentos locais e boas práticas de higiene alimentar. Apesar destes esforços, a ausência de um orçamento consolidado e coordenado entre sectores e parceiros limita a eficácia das acções e a sua sustentabilidade a médio e longo prazo.

Dados Orçamentais

A análise do orçamento de funcionamento do distrito de Gorongosa entre os anos de 2020 a 2024 evidencia uma tendência de baixa priorização orçamental da nutrição, reflectida na reduzida percentagem de recursos directamente atribuídos a esta área.

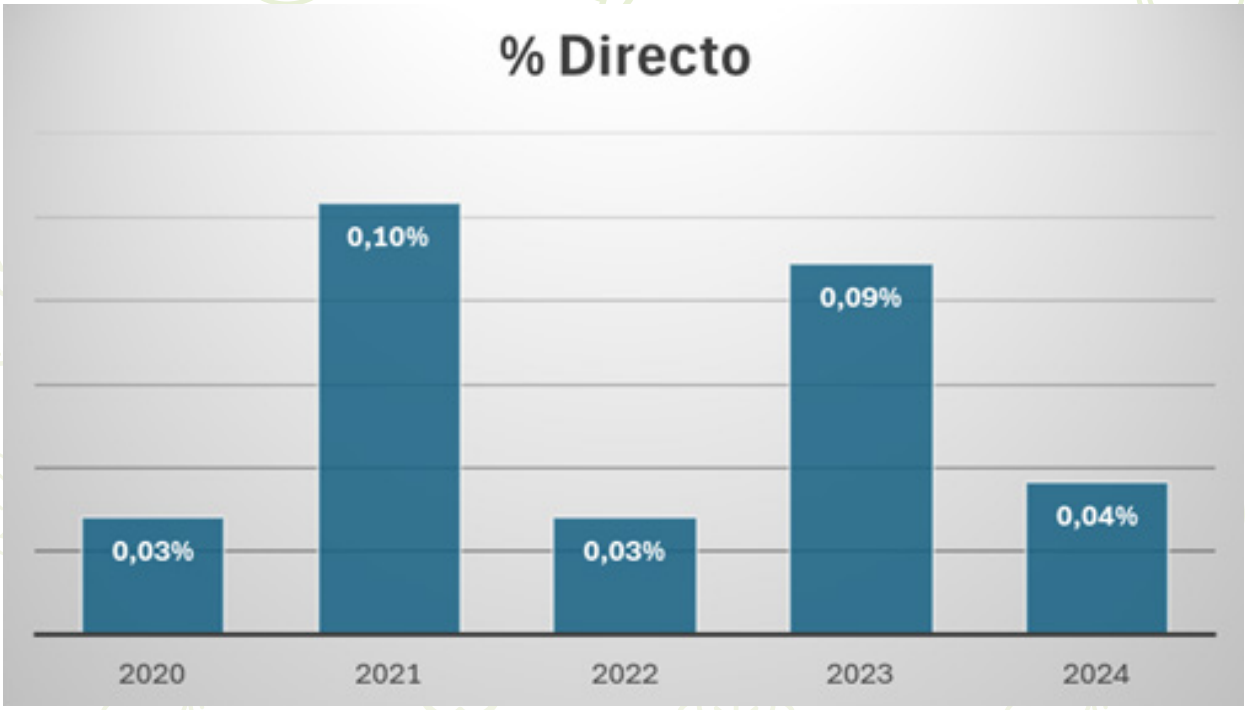
Em 2020, dos 352.912,86 meticais do orçamento de funcionamento, apenas 100 meticais foram alocados a actividades directamente relacionadas com a nutrição, o que corresponde a 0,03% do orçamento total. Esta mesma percentagem repete-se em 2022 e em 2024, demonstrando uma estagnação no investimento directo em nutrição nesses anos.

O ano de 2021 apresenta uma ligeira melhoria, com um aumento da alocação directa para 365 meticais, o que representa 0,10% do orçamento de funcionamento. Um valor idêntico é observado em 2023, com 365 meticais sobre um orçamento ligeiramente superior (410.937,09 MZN), resultando numa afectação proporcional de 0,09%.

Esta variação pontual, no entanto, não representa uma tendência sustentada de aumento do investimento em nutrição. Pelo contrário, observa-se uma oscilação sem consistência e, em 2024, regista-se uma redução abrupta no orçamento total de funcionamento, o que, combinado com a manutenção da alocação directa de apenas 100 meticais, faz com que o percentual alocado à nutrição se mantenha extremamente baixo, em 0,04%.

Estes dados indicam, portanto, uma lacuna crítica entre os compromissos estratégicos do governo e os recursos efectivamente disponibilizados a nível distrital para a implementação de acções nutricionais. Este baixo investimento tem impacto directo na capacidade de resposta do distrito às elevadas taxas de desnutrição crónica identificadas em Gorongosa (57,4%), sendo essencial uma revisão das prioridades orçamentais para garantir que os compromissos com a melhoria do estado nutricional da população sejam acompanhados da devida alocação de recursos.

Gráfico 8: Orçamento alocado directamente na nutrição (2020–2024)



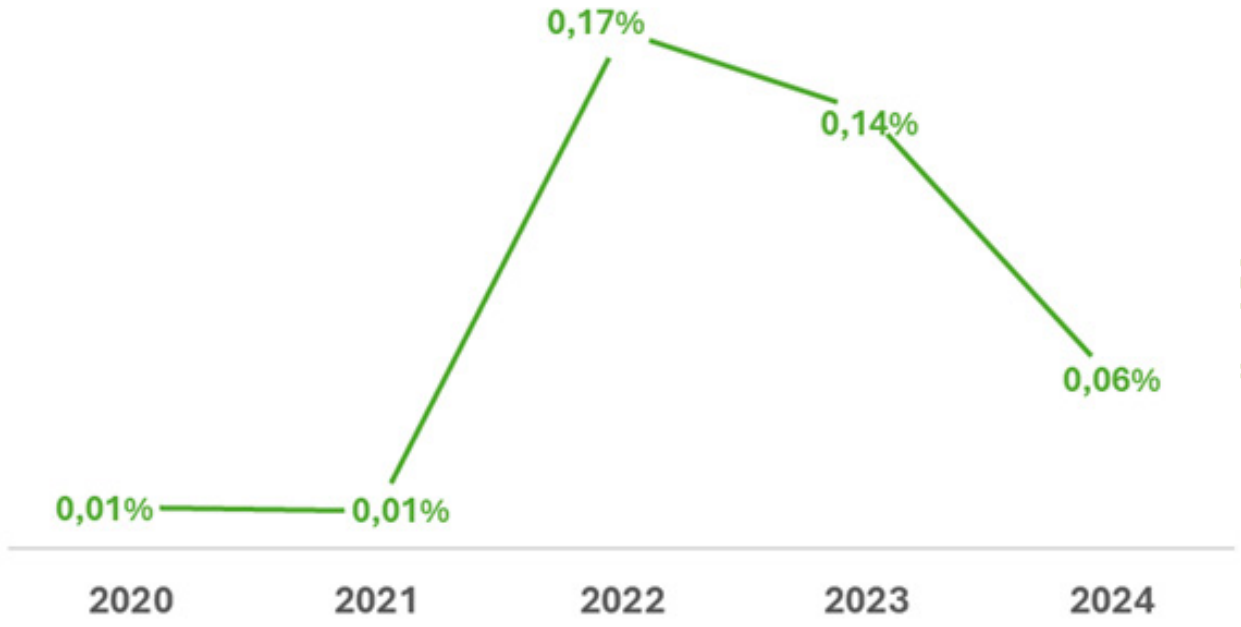
ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL À NUTRIÇÃO (2020–2024) – PROVINCIA DA ZAMBEZIA

Distrito de Molumbo

O gráfico 5 mostra uma evolução desigual na afectação do orçamento de funcionamento às actividades de nutrição entre os anos de 2020 a 2024. Nos dois primeiros anos (2020 e 2021), a percentagem alocada manteve-se estável em 0,01%, indicando uma afectação mínima e praticamente simbólica. Em 2022, verifica-se um aumento significativo para 0,17%, o que representa um esforço pontual de reforço orçamental. Contudo, essa tendência não se manteve em 2023, a percentagem caiu para 0,14%, e em 2024 desceu ainda mais para 0,06%.

Esta trajectória revela que, embora tenha havido um momento de maior atenção à nutrição em 2022, o investimento directo não foi sustentado nos anos seguintes. A queda progressiva após o pico sugere uma falta de continuidade estratégica, o que pode comprometer os resultados esperados em termos de melhoria do estado nutricional da população. Em suma o distrito de Molumbo apresenta uma afectação oscilante e insuficiente, que não acompanha a gravidade dos desafios nutricionais enfrentados pelo distrito.

Gráfico 9: Alocação Orçamental à Nutrição (2020–2024)



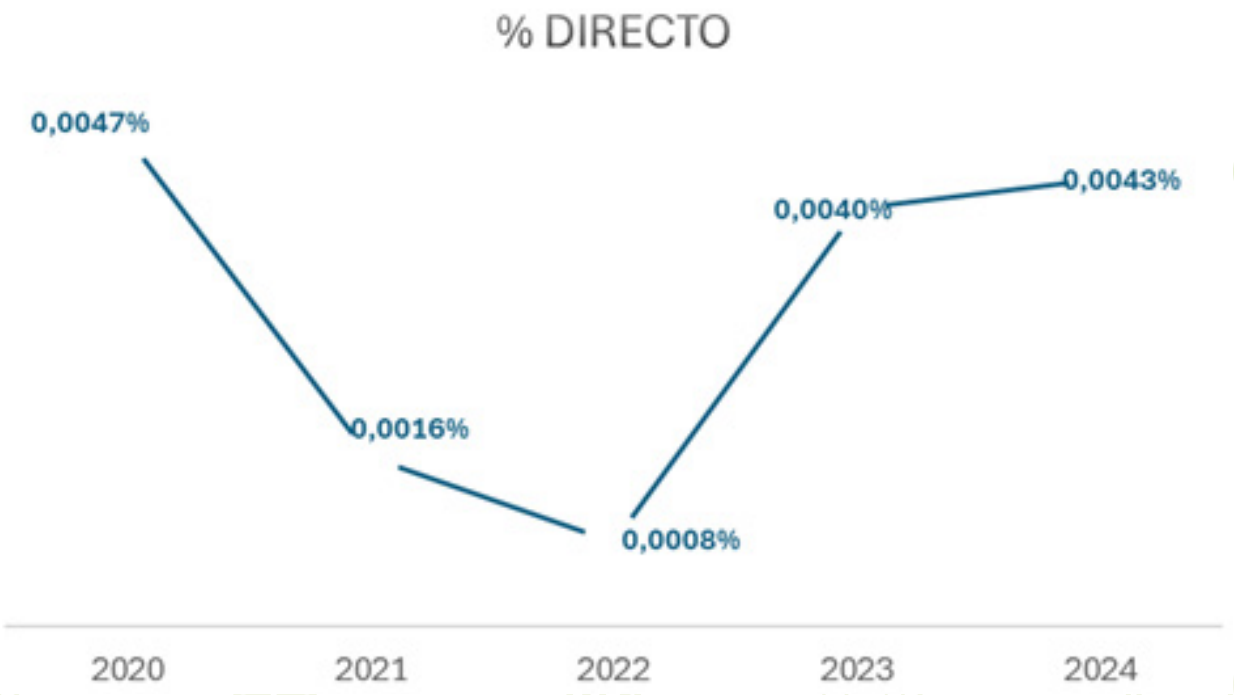
Distrito de Derre

Entre os anos de 2020 e 2024, a alocação orçamental destinada à nutrição no distrito de Derre, revela uma tendência persistente de subfinanciamento. Embora o orçamento de funcionamento do distrito tenha registado variações significativas ao longo do período, os recursos atribuídos especificamente às acções com impacto directo na nutrição mantiveram-se em níveis extremamente baixos.

Em termos percentuais, o gráfico 6 mostra que a afectação à nutrição nunca ultrapassou os 0,005% do orçamento total nos anos analisados. Em 2020, apenas 0,0047% do orçamento foi canalizado para esta área. No ano seguinte, essa proporção caiu para 0,0016%, evidenciando uma redução acentuada da prioridade atribuída à nutrição. Em 2022, apesar do aumento expressivo do orçamento, a percentagem destinada à nutrição foi de 0,0008%, o valor mais baixo de todo o período. Nos anos de 2023 e 2024, observou-se uma ligeira recuperação, com a afectação a subir para 0,0040% e 0,0043%, respectivamente.

Esta análise evidencia uma clara marginalização da nutrição como componente estratégica do desenvolvimento local. A afectação orçamental simbólica compromete a capacidade do distrito de implementar intervenções eficazes no combate à desnutrição infantil e à insegurança alimentar, problemas que continuam a afectar significativamente a população. A persistência de percentagens tão reduzidas sugere a ausência de uma abordagem integrada e sustentável para enfrentar os desafios nutricionais, o que pode ter implicações graves para a saúde pública e o desenvolvimento humano na região.

Gráfico 10: Percentagem do orçamento alocado as acções com impacto directo a nutri-



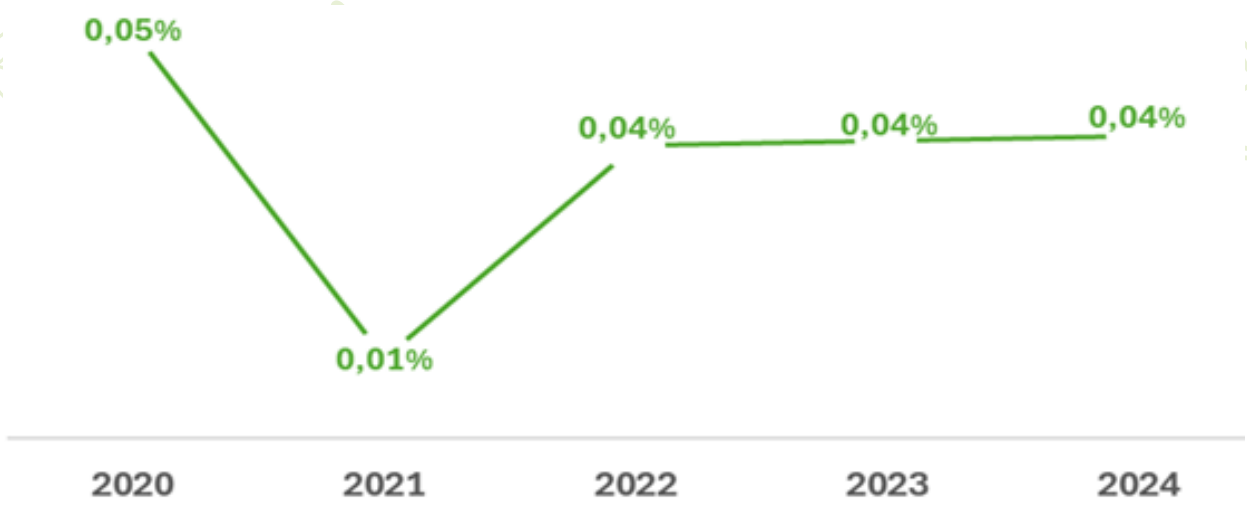
Distrito de Maganja da Costa

A análise da alocação orçamental à nutrição no distrito de Maganja da Costa, entre os anos de 2020 a 2024, revela uma tendência persistente de subfinanciamento, evidenciada pelas percentagens baixas do orçamento de funcionamento destinadas directamente a esta área. Ao longo dos cinco anos, a proporção nunca ultrapassou os 0,05%, mantendo-se muito aquém dos padrões recomendados internacionalmente para garantir intervenções nutricionais eficazes.

Em 2020, a afectação à nutrição correspondeu a 0,05% do orçamento total, o valor mais elevado do período. No entanto, em 2021, apesar do aumento do orçamento global, a percentagem caiu drasticamente para 0,01%, o nível mais baixo registado, revelando uma despriorização da nutrição nas decisões orçamentais. Em 2022, verifica-se uma ligeira recuperação para 0,04%, embora esta subida não tenha sido acompanhada por um reforço significativo dos recursos financeiros. Nos anos de 2023 e 2024, a percentagem manteve-se estável em 0,04%, o que indica uma estagnação na capacidade de resposta orçamental às necessidades nutricionais da população. Ver gráfico 8.

Em suma, a análise demonstra que, apesar de alguns esforços pontuais, a nutrição continua subfinanciada, vulnerável e dependente de apoio externo, não estando devidamente integrada nas estratégias de desenvolvimento local. Para que se verifique uma melhoria efectiva dos indicadores nutricionais, é imperativo que a nutrição seja incorporada como eixo transversal nos planos económicos e sociais do distrito, com uma afectação orçamental proporcional à sua importância para a saúde pública e o desenvolvimento humano.

Gráfico 11: Percentagem do orçamento de funcionamento alocado as actividades de nutrição



ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL À NUTRIÇÃO (2020–2024) - PROVINCIA DE NAMPULA

Distrito de Meconta

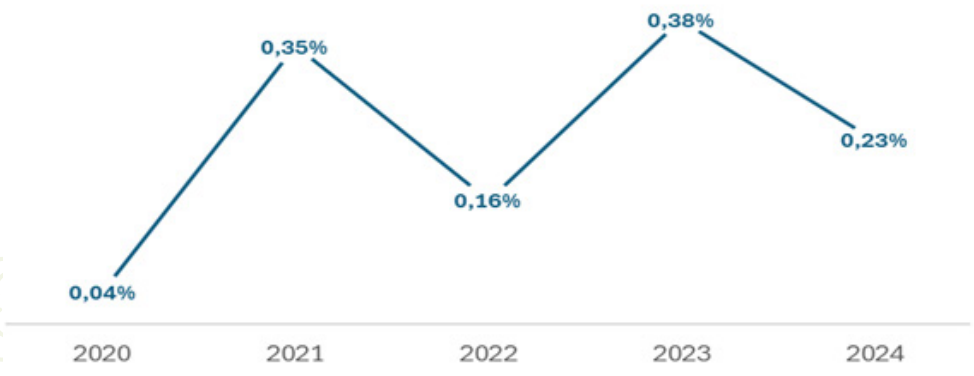
A análise da alocação orçamental à nutrição entre 2020 e 2024 evidencia uma baixa prioridade atribuída a este sector, uma vez que a percentagem do orçamento dedicada a intervenções directas em nutrição nunca ultrapassou os 0,4%. Em 2020, apenas 0,04% do orçamento de funcionamento foi destinado à nutrição, o que representa um valor quase insignificante. Em 2021, registou-se uma melhoria relativa, com a alocação a atingir 0,35%, mas este crescimento não se consolidou nos anos seguintes. Em 2022, apesar de o orçamento global de funcionamento ter aumentado de forma expressiva, a percentagem para nutrição caiu para 0,16%, revelando uma discrepância entre a expansão do orçamento e a prioridade efectiva dada à nutrição. No ano de 2023 observou-se a maior percentagem de todo o período, 0,38%, ainda assim insuficiente para responder às necessidades do sector. Já em 2024, a percentagem voltou a recuar para 0,23%, confirmando a tendência de instabilidade e falta de consistência no financiamento.

Este padrão demonstra que, embora existam oscilações no orçamento total de funcionamento, a nutrição permanece subfinanciada, com dotações marginais que limitam a implementação de programas estruturais de combate à desnutrição. A variação percentual ao longo dos anos reforça a ideia de que não houve uma estratégia clara e sustentável para garantir maior investimento neste domínio. Em termos gerais, a interpretação dos dados revela que a nutrição tem sido tratada de forma residual no planeamento orçamental, comprometendo a eficácia das políticas públicas de saúde e o alcance dos objectivos nacionais de redução da desnutrição crónica.

Para aumentar este investimento, é fundamental adotar estratégias integradas que passem pela priorização da nutrição nos instrumentos de planificação e orçamentação do Estado, pela advocacia junto das instâncias governamentais e parlamentares para garantir maior visibilidade política ao tema, pelo reforço da coordenação entre sectores como Saúde, Agricultura, Educação, Proteção Social e Água e Saneamento, e pela mobilização de parcerias com doadores e o sector privado. Acresce ainda a necessidade de melhorar os mecanismos de monitoria e prestação de contas, assegurando que os recursos destinados à nutrição sejam aplicados de forma transparente e eficiente.

Deste modo, apenas com um aumento consistente e estruturado do orçamento para nutrição, em linha com os parâmetros internacionais, será possível acelerar os progressos na redução da desnutrição crónica e assegurar uma resposta mais eficaz e sustentável aos desafios de desenvolvimento humano em Moçambique.

Gráfico 12: Alocação Orçamental à Nutrição (2020–2024) – distrito de Meconta



Distrito de Monapo

A análise da alocação orçamental à nutrição no distrito de Monapo, entre os anos de 2020 e 2024, revela uma tendência persistente de subfinanciamento das intervenções específicas neste sector, apesar de se registarem melhorias pontuais ao longo do período. O orçamento total identificado para actividades directamente relacionadas com a nutrição ascende a 1.165 mil meticais, dos quais apenas duas actividades, nomeadamente a supervisão do Programa de Reabilitação Nutricional (PRN 1 e 2) e do Programa Integrado de Nutrição (PIN) Comunitário, foram financiadas através do Orçamento do Estado (OE). As restantes acções foram suportadas por parceiros internacionais, com destaque para a Visão Mundial.

Entre as actividades financiadas por parceiros, destaca-se a realização de demonstrações culinárias em unidades sanitárias, comunidades e em datas comemorativas, com um orçamento combinado de 245 mil meticais.

No que respeita à componente de abastecimento de água nas zonas rurais, o orçamento previsto para 2024 é de aproximadamente 1,01 mil milhões de meticais. Contudo, apenas a actividade de cadastro de fontes (registo no Sistema Nacional de Informação sobre Água e Saneamento – SINAS) foi financiada pelo OE, com um valor de 54 mil meticais. Este montante representa apenas 0,005% do orçamento total da componente, sendo o restante financiado por parceiros como Visão Mundial e Inter Aid. As acções incluem a construção de fontes de água, sistemas de abastecimento, poços protegidos, reabilitação de infraestruturas e capacitação de comités de gestão comunitária. Conforme mostra a tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Orçamento para a componente abastecimento de água

PG8_Abastecimento_de_água						
SPG 8.2_Abastecimento de água na zona Rural						
Nº/Ord.	**Acção**	**Indicador de Produto**	**Meta Física**	**Orçamento (em Mil meticais)**	**Fonte de Financiamento**	**Responsável**
52	Construir fontes de água	Nº de fontes construídos	80	582 310,00	Visão Mundial e Inter Aid	SDPI
		Nº de SAA construídos	8	397 975,81	Visão Mundial	SDPI
		Nº Construção de poços protegido	2	18 000,00	Inter Aid	SDPI
53	Reabilitar fontes de águas	Número de fontes reabilitados	20	200,00	Inter Aid	SDPI
54	Cadastrar fontes (SINAS)	Nº de fontes cadastrados	300	54,00	OE	SDPI
55	Capacitar Membros dos comités de gestão das fontenárias	Nº de formações realizadas	9	18 000,00	Inter Aid	SDPI
TOTAL				**1 016 539,81**		

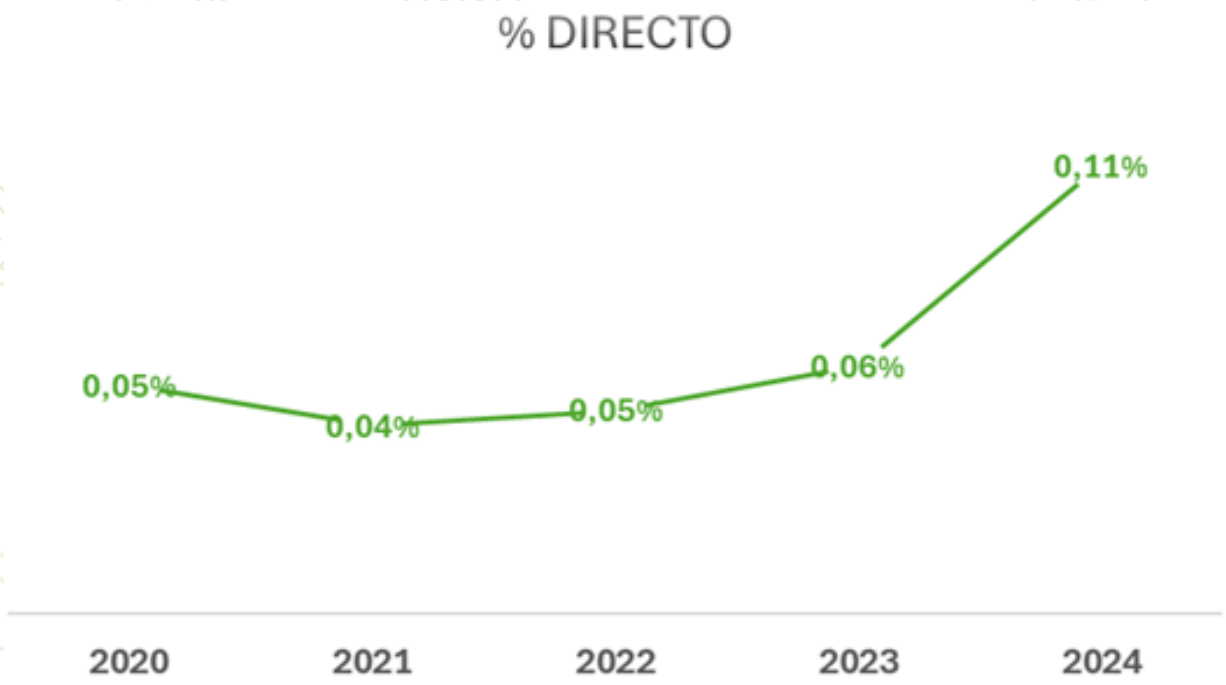
Fonte: PESOD 2024 Monapo

Situação semelhante verifica-se na componente de saneamento do meio e promoção da higiene, cujo orçamento global ronda os 79 milhões de meticais. Nenhuma das actividades previstas nesta área foi financiada pelo OE, sendo integralmente suportadas por parceiros de cooperação. Na componente de segurança alimentar e nutricional, foram identificadas duas actividades com financiamento estatal: a realização de sessões ordinárias do Conselho Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional (CODSAN) e a organização de feiras de demonstração de produtos altamente nutritivos, com um orçamento conjunto de 500 mil meticais.

Em relação ao ano de 2021, não foi alocado qualquer orçamento directo do Estado à componente de nutrição, tendo todas as actividades sido executadas com base em financiamento externo. O mesmo se verificou na área da protecção social. No que diz respeito à educação nutricional, foi registado um orçamento de 250 mil meticais para a realização de palestras, em parceria com a UNICEF.

A evolução percentual da alocação orçamental à nutrição no distrito de Monapo ao longo do período em análise revela a sua marginalização dentro das prioridades orçamentais locais. Em 2020, apenas 0,05% do orçamento de funcionamento foi destinado à nutrição, valor que se manteve praticamente inalterado em 2021 (0,04%) e 2022 (0,05%). Em 2023, registou-se um ligeiro aumento para 0,06%, culminando em 2024 com a maior proporção do período, fixada em 0,11%. Conforme mostra o gráfico 13 a seguir.

Gráfico 13: Alocação Orçamental à Nutrição (2020–2024) – Distrito de Monapo



Apesar deste crescimento gradual, os valores continuam significativamente abaixo das recomendações internacionais. De acordo com orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Iniciativa Global SUN (Scaling Up Nutrition), os países deveriam alocar entre 3% e 5% do orçamento público da saúde a intervenções específicas em nutrição. A comparação com os valores praticados em Monapo evidencia uma lacuna estrutural que compromete a eficácia das políticas de combate à desnutrição infantil e à melhoria do capital humano.

Distrito de Erati

O distrito de Eráti, enfrenta desafios estruturais significativos no sector da nutrição, agravados por factores geopolíticos e sociais. A sua posição fronteiriça com a província de Cabo Delgado expõe a população a riscos acrescidos, nomeadamente deslocamentos forçados, insegurança alimentar e pressão sobre os serviços públicos. Adicionalmente, as manifestações pós-eleitorais ocorridas em anos recentes provocaram destruição de infraestruturas essenciais, comprometendo a capacidade institucional local de resposta e planificação.

Para o ano de 2024 , o distrito de Eráti alocou apenas 0,44% do seu orçamento total a actividades directamente relacionadas com a nutrição. Este valor está substancialmente abaixo das recomendações internacionais, que sugerem uma alocação mínima entre 1,5% e 5% do orçamento distrital para intervenções nutricionais, conforme orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Iniciativa Global SUN (Scaling Up Nutrition).

A baixa percentagem reflecte limitações financeiras, dependência de doadores externos e desafios na priorização orçamental, frequentemente agravados por crises políticas e humanitárias. A experiência de outros países africanos demonstra que orçamentos insuficientes para a nutrição resultam em políticas pouco eficazes e numa elevada dependência de projectos financiados externamente, muitas vezes sem sustentabilidade a longo prazo.

A análise do plano distrital para 2024 identificou um conjunto restrito de actividades com financiamento directo do Orçamento do Estado (OE), nomeadamente:

• Capacitação de pessoal de saúde em matérias de nutrição e saúde materno-infantil: 1.500 meticais (OE).
• **Consultas de primeira infância (0 a 11 meses):** 240.000 meticais.
• **Consultas pediátricas (1 a 4 anos):** 180.000 meticais.
• **Consultas pós-parto:** 180.000 meticais.
• **Demonstrações de culinária em comunidades e unidades sanitárias:** 180.000 meticais.

Estas actividades representam, em conjunto, 0,22% do orçamento de funcionamento do distrito, evidenciando uma subrepresentação da nutrição nas prioridades orçamentais locais. Embora o distrito realize outras acções relevantes, como sessões dos Conselhos Distritais de Segurança Alimentar e Nutricional (CODSAN), campanhas de sensibilização e educação alimentar, estas não estão devidamente orçamentadas, o que compromete a sua monitoria e continuidade.

[17]Para o distrito de Erati a equipa de pesquisa teve acesso apenas ao plano do ano 2024. Não foi possível disponibilizar os planos dos anos 2020 a 2023, devido as manifestações ocorridas no ano 2024 que criaram a destruição de infraestruturas públicas e dos equipamentos usados pelos funcionários dos serviços distritais.

ANÁLISE COMPARATIVA DA ALOCAÇÃO ORÇAMENTAL ENTRE PROVÍNCIAS

A tabela acima apresenta uma análise comparativa da alocação orçamental directa para a nutrição nos distritos abrangidos pelo rastreio nas províncias de Sofala, Zambézia e Nampula, no período de 2020 a 2024. Verifica-se que a província da Zambézia registou os níveis mais elevados de alocação, com destaque para o distrito de Molumbo (0,17%), contrastando com Maganja da Costa (0,09%). Em Nampula, os valores oscilaram entre 0,04% e 0,11%, com Meconta a apresentar a maior proporção e Erati a menor. Já em Sofala, os níveis mantiveram-se sistematicamente baixos, entre 0,04% e 0,07%, com Gorongosa a liderar e Nhamatanda a registar a menor alocação. Estes dados evidenciam a persistente marginalização da nutrição nos orçamentos distritais, bem como a ausência de critérios uniformes de priorização orçamental entre e dentro das províncias.

Tabela 2: Analise comparativa da alocação orçamental entre os distritos

Província	Intervalo de Alocação Distrital (%)	Distrito com Maior Alocação	Distrito com Menor Alocação
Sofala	0,04% – 0,07%	Gorongosa (0,07%)	Nhamatanda (0,04%)
Zambézia	0,09% – 0,17%	Molumbo (0,17%)	Maganja da Costa (0,09%)
Nampula	0,04% – 0,11%	Meconta (0,11%)	Erati (0,04%)



Constatações e Recomendações da Análise Orçamental

Com base na análise da alocação orçamental à nutrição nos distritos das províncias de Sofala, **Zambézia e Nampula,** entre 2020 e 2024, foram identificados padrões recorrentes que evidenciam desafios estruturais profundos e persistentes. A seguir apresentam-se as principais constatações e recomendações:

Constatação 1

A alocação orçamental à nutrição nos distritos permanece sistematicamente baixa, variando entre 0,01% e 0,17% do orçamento de funcionamento, sem trajectória de crescimento sustentado.

Recomendação 1

Os governos distritais devem rever as prioridades orçamentais, estabelecendo uma meta mínima de alocação anual para a nutrição, adaptada às necessidades locais. A inclusão de uma linha orçamental específica nos planos económicos e sociais é essencial para garantir previsibilidade, transparência e compromisso institucional.

Constatação 2

Há ausência generalizada de consistência na alocação orçamental ao longo dos anos, com variações sistemáticas e sem tendência clara de reforço progressivo.

Recomendação2

É necessário implementar mecanismos de planificação plurianual que assegurem estabilidade e progressão na alocação de recursos. A definição de metas orçamentais de médio prazo permitirá maior coerência e eficácia na execução dos programas nutricionais, reduzindo a dependência de financiamento externo.

Constatação 3

Diversas actividades relacionadas à nutrição são realizadas nos distritos (ex.: hortas escolares, capacitação de mulheres, educação alimentar), mas muitas não estão devidamente orçamentadas ou são financiadas de forma pontual e não estruturada.

Recomendação 3

Todas as actividades nutricionais devem ser formalmente integradas nos instrumentos de planificação e orçamentação, com rubricas específicas que permitam a sua monitoria, avaliação e continuidade. A ausência de orçamento compromete a institucionalização e replicabilidade das acções.

Constatação 4

Os planos distritais não apresentam indicadores de cura da desnutrição aguda, nem metas claras de redução da desnutrição crónica, dificultando a avaliação do impacto das intervenções.

Recomendação 4

Os distritos devem incorporar indicadores nutricionais nos seus sistemas de monitoria e avaliação, incluindo taxas de cura, prevalência de desnutrição e cobertura de serviços nutricionais. A definição de metas mensuráveis é fundamental para orientar a acção, justificar o investimento público e garantir responsabilização.

Constatação 5

Existe uma desconexão entre a produção agrícola e os níveis de nutrição, com fraca articulação entre os sectores da agricultura, educação e saúde.

Recomendação 5

É imperativo promover a integração entre agricultura e nutrição, incentivando práticas agrícolas diversificadas e orientadas para a segurança alimentar. A educação alimentar comunitária deve ser reforçada, com enfoque na valorização dos produtos locais, melhoria da dieta familiar e ligação efectiva entre produção e consumo.

Recomendação Transversal

A afirmação de um compromisso formal dos governos provinciais para aumentar o orçamento em pelo menos 1% por ano para intervenções-chave em nutrição, bem como a planificação e orçamentação de pelo menos três acções do PESAN por sector por ano, conforme os compromissos assumidos no âmbito da iniciativa Nutrition for Growth (N4G), são medidas estruturantes que devem ser adoptadas com urgência.



AUDITORIA SOCIAL

Percepções Comunitárias

A auditoria social realizada nas províncias de Sofala, Zambézia e Nampula permitiu recolher percepções directas de cerca de 1.350 participantes, maioritariamente mulheres em idade activa (18–35 anos), com filhos menores de cinco anos e residentes em zonas rurais. Os inquéritos revelam um padrão transversal de vulnerabilidade nutricional, acesso limitado a serviços públicos e baixo nível de conhecimento sobre práticas alimentares adequadas.

No domínio da saúde e nutrição, verificou-se que entre 58% e 65% dos inquiridos vivem a mais de cinco quilómetros da unidade sanitária mais próxima, sendo que apenas 22% a 34% recebem suplementos nutricionais de forma regular. O conhecimento sobre sinais de desnutrição infantil é limitado: em Nampula, apenas 18% dos participantes identificaram correctamente os sintomas, enquanto em Sofala e Zambézia os valores situam-se entre 21% e 24%.

Relativamente ao acesso à água potável e saneamento, os dados são preocupantes. Em Zambézia, 81% dos agregados familiares consomem água não tratada, seguidos por Nampula com 76% e Sofala com 68%. A presença de latrinas seguras é igualmente reduzida, com apenas 35% a 42% dos inquiridos a reportarem condições adequadas. A prática regular de lavagem das mãos antes das refeições é observada em menos de metade dos agregados, com maior adesão em Sofala (52%) e menor em Nampula (41%).

No sector agrícola, a dependência da agricultura familiar como principal fonte de sustento é quase universal, com médias superiores a 90% nas três províncias. No entanto, apenas entre 28% e 34% dos inquiridos afirmaram ter recebido apoio técnico nos últimos 12 meses. A capacidade de garantir uma alimentação nutritiva durante todo o ano é limitada: apenas 36% dos agregados familiares afirmaram conseguir manter uma dieta adequada, com maior vulnerabilidade em Nampula (31%).

A alimentação escolar apresenta cobertura extremamente baixa. Em Zambézia, apenas 6% das escolas oferecem alimentação regular, enquanto em Sofala e Nampula os valores não ultrapassam os 3%. Mesmo onde existe, 61% dos inquiridos consideram a alimentação escolar insuficiente ou pouco nutritiva. As hortas escolares estão presentes em apenas 18% das escolas, com maior incidência em Zambézia.

No que respeita à protecção social, os programas de apoio atingem uma proporção muito reduzida das famílias vulneráveis: apenas 14% a 19% dos inquiridos afirmaram beneficiar de transferências monetárias ou cestas básicas. A maioria considera que os programas não chegam às famílias mais necessitadas (72%) e desconhece os critérios de selecção (64%).

As comunidades expressaram expectativas claras quanto às prioridades de intervenção. O reforço dos serviços de saúde e nutrição foi apontado por 82% dos participantes, seguido pelo apoio técnico à agricultura familiar (78%), melhoria do acesso à água potável e saneamento (74%), expansão da alimentação escolar (69%) e maior abrangência dos programas de protecção social (66%).

Estes resultados evidenciam a urgência de uma resposta pública coordenada, sustentada e multissectorial, que integre as vozes das comunidades na planificação, execução e monitoria das acções nutricionais, garantindo maior equidade, eficácia e impacto.

[18] Mais detalhes sobre o numero de inqueridos pode ser consultado no manual metodológico disponível em: www.fdc.org.mz



Análise dos Resultados do Inquérito Comunitário

A componente de auditoria social, realizada entre Junho e Julho de 2025, permitiu auscultar directamente as comunidades dos distritos de Sofala (Buzi, Gorongosa, Nhamatanda), Zambézia (Molumbo, Derre, Maganja da Costa) e Nampula (Erati, Meconta, Monapo). Foram aplicados inquéritos a mães e cuidadores de crianças dos 0 aos 5 anos, profissionais de saúde e educação, líderes comunitários e activistas locais, com o objectivo de compreender a percepção da população sobre o acesso, qualidade e impacto dos serviços públicos com relevância nutricional.

Província de Sofala
Distritos: Buzi, Gorongosa, Nhamatanda

- A maioria dos inquiridos vive em zonas rurais com acesso limitado a unidades sanitárias e fontes de água potável.
- A suplementação nutricional é irregular e concentrada em campanhas pontuais, com fraca cobertura em áreas remotas.
- A alimentação escolar é inexistente ou muito limitada, não abrangendo as escolas dos distritos visitados.
- A produção agrícola familiar é sazonal e pouco diversificada, sem apoio técnico regular.
- A educação alimentar é pouco frequente, com baixo nível de conhecimento sobre práticas adequadas para crianças pequenas.
- A percepção geral é de que os serviços públicos são insuficientes para responder às necessidades nutricionais das famílias, especialmente em contextos pós-desastre como o de Buzi e Gorongosa.



Província da Zambézia
Distritos: Molumbo, Derre, Maganja da Costa

- A maioria dos agregados familiares consome água não tratada, com impacto directo na saúde infantil.
- A agricultura familiar é a principal fonte de sustento, mas sem insumos, formação ou ligação efectiva à segurança alimentar.
- A alimentação escolar está presente em algumas escolas de Molumbo e Maganja da Costa, mas com cobertura inferior a 2% dos alunos.
- A educação nutricional é pouco estruturada, com fraca articulação entre os sectores da saúde e educação.
- Os programas de protecção social atingem uma proporção muito reduzida das famílias vulneráveis.
- As comunidades expressaram expectativas claras: reforço dos serviços de saúde, apoio agrícola, melhoria do saneamento e expansão da alimentação escolar.

Província de Nampula
Distritos: Erati, Meconta, Monapo

- A prevalência de desnutrição aguda é particularmente elevada, com relatos de casos não tratados por falta de suplementos e encaminhamento.
- A maioria dos inquiridos não trata a água que consome, e vive em áreas sem latrinas seguras.
- A produção agrícola é insuficiente para garantir uma dieta nutritiva durante todo o ano; mais de 70% dos agregados familiares reportaram não receber qualquer apoio técnico.
- A alimentação escolar é praticamente inexistente, mesmo em escolas com elevado número de alunos.
- A educação nutricional é esporádica e pouco adaptada à realidade local.
- A percepção comunitária aponta para uma desconexão entre os serviços públicos e as necessidades reais das famílias, com destaque para a falta de articulação entre sectores.



Percepções Comunitárias e Auditoria Social

Aspecto	Sofala	Zambézia	Nampula
Alimentação escolar	Cobertura limitada e irregular	Presente em poucas escolas	Praticamente inexistente
Suplementação nutricional	Acesso irregular	Falhas recorrentes	Disponibilidade muito reduzida
Água e saneamento	Fraca cobertura pós-Idai	Consumo elevado de água não tratada	Precariedade generalizada
Conhecimento nutricional	Baixo nível de sensibilização	Fraco conhecimento alimentar	Déficits evidentes nas práticas
Produção alimentar familiar	Dependência sem apoio técnico	Agricultura familiar sem insumos	Produção insuficiente e sazonal

Linhas de Acção para Reforço da Nutrição

Com base nas evidências recolhidas nos distritos das províncias de Sofala, Zambézia e Nampula, e tendo em conta os compromissos nacionais e internacionais assumidos por Moçambique, propõem-se as seguintes linhas de acção estratégicas para reforçar a resposta pública à desnutrição crónica:

Propostas para o Governo, Assembleia da República e Parceiros

- Aprovar directrizes nacionais que obriguem à inclusão de rubricas específicas de nutrição nos orçamentos sectoriais e distritais.
- Garantir que os planos e orçamentos submetidos à Assembleia da República incluam metas nutricionais claras e indicadores de desempenho.
- Estabelecer um mecanismo de financiamento nacional para a nutrição, com contribuições internas e externas, assegurando previsibilidade e sustentabilidade.
- Promover a realização de audições parlamentares específicas sobre nutrição, com base em evidências e relatórios de auditoria social.

Integração nos Ciclos Orçamentais e Planos Provinciais

- Incluir acções nutricionais nos Planos Estratégicos Provinciais e nos PESOD, com metas anuais e indicadores mensuráveis.
- Estimular a afectação de pelo menos 1% do orçamento de funcionamento distrital para acções com impacto directo na nutrição.
- Garantir que cada sector relevante planifique e orçamente, no mínimo, três acções do PESAN por ano, com base nas prioridades locais e comunitárias.
- Reforçar a articulação entre os comités SETSAN e os gabinetes de planificação e finanças, assegurando coerência entre prioridades técnicas e afectação de recursos.

Alinhamento com Compromissos Internacionais (N4G, SUN, ODS)

Reforçar o alinhamento das políticas e orçamentos nacionais com os compromissos assumidos por Moçambique no âmbito da iniciativa Nutrition for Growth (N4G), da Movimentação SUN (Scaling Up Nutrition) e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular o ODS 2 (Fome Zero) e o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar).
Utilizar os resultados destes rastreios como base para a actualização dos relatórios nacionais de progresso em nutrição e para a mobilização de recursos junto de parceiros internacionais.
Promover a articulação entre os compromissos globais e os instrumentos de planificação nacional, assegurando coerência, monitoria e responsabilização.

Conclusão

O presente relatório de síntese, elaborado com base nos rastreios da despesa pública e auditorias sociais realizados nas províncias de Sofala, Zambézia e Nampula, entre Maio e Agosto de 2025, evidencia de forma clara e inequívoca a persistente marginalização da nutrição nos processos de planificação e orçamentação pública a nível distrital. Apesar da gravidade dos indicadores nutricionais, com taxas de desnutrição crónica superiores a 40% nas três províncias, os recursos efectivamente alocados à nutrição mantêm-se sistematicamente abaixo de 0,2% dos orçamentos de funcionamento distrital, muito aquém das recomendações internacionais.

A análise revelou ainda a ausência de rubricas específicas para nutrição, a fragmentação das intervenções entre sectores, a fraca articulação interinstitucional e a dependência de financiamento externo. As actividades com impacto nutricional, embora existentes, carecem de institucionalização, continuidade e monitoria adequada. A auditoria social reforçou estas constatações, revelando percepções comunitárias marcadas por acesso limitado a serviços de saúde e nutrição, consumo generalizado de água não tratada, insegurança alimentar persistente e baixa cobertura de programas de alimentação escolar e protecção social.

Perante este cenário, torna-se imperativo afirmar a nutrição como uma prioridade transversal e estruturante para o desenvolvimento humano e económico de Moçambique. A resposta à desnutrição crónica não pode continuar a ser episódica, sectorial ou dependente de projectos pontuais. É necessário um compromisso político renovado, traduzido em metas orçamentais claras, integração da nutrição nos instrumentos de planificação, reforço da coordenação multissectorial e valorização da participação comunitária.

Neste sentido, este relatório constitui uma ferramenta de advocacia dirigida aos decisores políticos, parceiros de cooperação e sociedade civil, apelando à adopção urgente de medidas estruturantes, em alinhamento com a Política e Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (PESAN 2024–2030) e com os compromissos internacionais assumidos por Moçambique no âmbito da iniciativa Nutrition for Growth (N4G). Investir em nutrição é investir no futuro do país — na saúde, na produtividade e na equidade das próximas gerações.

ANEXO 1: COMPROMISSOS INTERNACIONAIS DE MOÇAMBIQUE NO ÂMBITO DA INICIATIVA NUTRITION FOR GROWTH (N4G)

Moçambique é signatário da iniciativa global Nutrition for Growth (N4G), que visa mobilizar compromissos políticos, financeiros e programáticos para acelerar o combate à desnutrição infantil. Esta iniciativa, lançada em 2013 e reforçada nas cimeiras de Tóquio (2021) e Paris (2025), enquadra-se na Década de Acção das Nações Unidas para a Nutrição e nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular o ODS 2 — Fome Zero.
Durante o ciclo preparatório para a Cimeira N4G Paris 2025, Moçambique participou nos diálogos nacionais e regionais promovidos pela UNICEF e parceiros técnicos, tendo assumido os seguintes compromissos estratégicos :

1. Financiamento Sustentado

Aumentar progressivamente a alocação de recursos internos para nutrição, com metas orçamentais específicas por sector.
Reduzir a dependência do financiamento externo, criando mecanismos nacionais de financiamento previsível e multisectorial.

2. Integração Multissectorial

Integrar acções de nutrição nos instrumentos de planificação nacional (PQG, PESOD, OE), com indicadores mensuráveis.
Reforçar a coordenação intersectorial através dos comités do SETSAN, promovendo acções conjuntas entre saúde, educação, agricultura, protecção social e saneamento.

3. Responsabilização e Monitoria

Fortalecer os mecanismos de auditoria social e participação comunitária na monitoria das despesas públicas em nutrição.
Desenvolver sistemas de rastreio orçamental e avaliação de impacto com desagregação por território e grupo vulnerável.

4. Capital Humano e Primeira Infância

Priorizar intervenções nos primeiros mil dias de vida, com foco em suplementação, alimentação escolar, cuidados responsivos e educação nutricional.
Promover campanhas de retenção escolar de raparigas, prevenindo a desnutrição materna e infantil.
Estes compromissos foram formalizados em alinhamento com a Declaração de Paris sobre Nutrição (2025) e a Visão 2025 da N4G, que estabelecem metas concretas para os países signatários, incluindo a redução da desnutrição crónica, o reforço da governança nutricional e a mobilização de recursos internos e externos.

[19]UNICEF Moçambique. (2025). Mozambique's participation in the N4G Paris Summit. UNICEF. https://www.unicef.org/mozambique/en/stories/unicef-supports-mozambiques-participation-n4g-paris-2025-summit
[20]Nutrition for Growth. (2025). Summary of recommendations of commitments by N4G theme. Nutrition for Growth. https://nutritionforgrowth.org/2025-summary-of-recommendations-of-commitments-by-n4g-theme/

